



Artigo

[Cadernos] PPG-AU
FAUFBA

Bloco 1

Entre estigmas e resistências: os corpos
femininos na experiência urbana

Corpos

Femininos e a Rua

**As Mulheres Negras Trabalhadoras
de Rua no Fazer-Cidade Cotidiano**

Aleida Fontoura Batistoti

Universidade Federal da Bahia

Corpos Femininos e a Rua: As Mulheres Negras Trabalhadoras de Rua no Fazer-Cidade Cotidiano

Resumo:

O texto é a transcrição da fala da autora na mesa "Os Corpos Femininos e a Rua" do Colóquio Cidades Sexuadas. Aleida Batistoti analisa a presença histórica e contemporânea de mulheres negras trabalhadoras de rua em Salvador, destacando como suas práticas cotidianas produzem cidade, criam territorialidades e tensionam dicotomias entre público e privado. A autora evidencia as violências estatais, os processos de exclusão urbana e, simultaneamente, as estratégias de resistência, autonomia e manutenção da vida construídas por essas mulheres no espaço público.

Palavras-chave: Mulheres negras; Trabalho de rua; Territorialidade; Rua.

Cuerpos Femeninos y la Calle: Trabajadoras Negras de Calle en la Vida Cotidiana

Resumen:

El texto es una transcripción de la intervención de la autora en el panel "Cuerpos Femeninos y la Calle" del Coloquio Ciudades Sexuadas. Aleida Batistoti analiza la presencia histórica y contemporánea de las trabajadoras de calle negras en Salvador, destacando cómo sus prácticas cotidianas producen la ciudad, crean territorialidades y desafían las dicotomías entre lo público y lo privado. La autora destaca la violencia estatal, los procesos de exclusión urbana y, simultáneamente, las estrategias de resistencia, autonomía y mantenimiento de la vida que estas mujeres construyen en los espacios públicos.

Palabras clave: Mujeres negras; Trabajo de calle; Territorialidad; Calle.

Female Bodies and the Street: Black Women Street Workers in Everyday City Making

Abstract:

The text is a transcription of the author's speech at the panel "Female Bodies and the Street" of the Gendered Cities Colloquium. Aleida Batistoti analyzes the historical and contemporary presence of Black women street workers in Salvador, highlighting how their daily practices produce the city, create territorialities, and challenge dichotomies between public and private. The author highlights state violence, processes of urban exclusion, and, simultaneously, the strategies of resistance, autonomy, and the maintenance of life that these women built in public spaces.

Keywords: Black women; Street work; Territoriality; Street.

Oi, boa tarde, a todas, todos e a todes. Eu quero agradecer o convite de Edu, de Pajeú e de todo o pessoal do Cartografia Sexuada de Salvador. Gostaria também de saudar essa mesa composta de mulheres maravilhosas com as quais eu estou compartilhando esse momento. Acho que foi muito bom a fala de Diana vir primeiro, porque ela já abriu alguns caminhos de discussão para aquilo que eu vou falar aqui também. Como também estamos no primeiro dia de evento, com os trabalhos iniciando, gostaria de desejar que o evento seja um sucesso e que seja o primeiro de muitos outros colóquios. Assim como Diana e Fábio (Fábio Velame, diretor da Faculdade de Arquitetura da UFBA que participou da mesa institucional de abertura do Evento) ressaltaram, gostaria de destacar também a importância desse tema para o curso de Arquitetura e Urbanismo. Já que esse Colóquio apresenta temas que muitas vezes são invisibilizados, não são falados, ou mesmo se acredita serem distantes da Arquitetura e do Urbanismo.

Mas eu parto do princípio de que, quando a gente pensa na rua e fala sobre a rua, nós estamos pensando também na cidade. Estamos pensando nesses corpos que estão ali no dia a dia, no cotidiano, que estão produzindo cidade a partir das suas práticas, dos seus modos de vida. Enfim, estamos pensando também nos tensionamentos e nas disputas no espaço urbano em torno desses corpos outros, esses corpos que normalmente são excluídos, esses corpos que são dissidentes. Então acho que é uma dimensão muito importante a ser trazida e ressaltada no curso de Arquitetura e Urbanismo. A rua sempre foi algo que me chamou muita atenção desde criança. Eu sempre fui aquela criança que gostava de estar na rua, e eu estava sempre curiosa sobre o movimento das pessoas e das coisas que aconteciam na rua. Mas foi na pesquisa de mestrado que eu pude me aproximar com mais profundidade e enquanto tema de pesquisa, enquanto uma questão.

Como Diana chegou a mencionar, a minha pesquisa foi um estudo sobre a relação entre as mulheres negras trabalhadoras de rua (as trabalhadoras ambulantes) e a cidade. Utilizei como território de investigação a cidade de Salvador, mais especificamente a área do centro antigo e do centro histórico e fui, na pesquisa, buscando compreender como se deu o uso desses espaços por essas mulheres e como ocorreu a ocupação da cidade. Também me direcionei a entender como acontecem os processos de "fazer cidade", a ocupação pelas mulheres, quais são as disputas e quais são as precarizações existentes. Além disso, quais são os movimentos, as resistências, utilizando como lente, sobretudo, a experiência do corpo de mulher negra ambulante e sua vivência no espaço público. Então eu vou trazer um pouquinho dessas dimensões para nós irmos conversando aqui hoje.

A Diana Helene traz esse panorama histórico, ou seja, dessa construção também do gênero, da feminilidade e da relação com os espaços e territórios. Gosto muito de iniciar a discussão assim também. Quando pensamos nos corpos femininos e na rua como parte de um processo histórico, estamos falando também de mulheres negras. Até mesmo porque foram as mulheres negras que ocuparam as ruas, não é?! Principalmente quando falamos em uma escala do Brasil. Aqui no Brasil, precisamos mencionar, por exemplo, como se deu a relação das mulheres negras em contextos de trabalho e de escravidão, com as práticas das ganhadeiras. As ganhadeiras eram quituteiras, lava-deiras, floristas, baianas de acarajé, ambulantes, que exerciam essa prática de ganho. Em contextos de escravidão ou de liberdade, realizavam suas atividades nas ruas e cantos da cidade de Salvador. Do trabalho de ganho à informalidade, ainda vemos a presença de mulheres negras trabalhando nas ruas da cidade.

Então eu parto de autores como Ana de Lourdes Costa (1989), Cecília Soares (1994), João José Reis (1991; 2000; 2019), que vão trazer reflexões e registros sobre a presença dessas mulheres negras já antes do século XIX, mas mais forte durante o século XIX. E que vão analisar esse processo de mulheres dentro de um sistema de escravização ou de libertação. Esses autores também analisam como essas mulheres passam, por exemplo, a ocupar as ruas para poder fazer o seu trabalho e para tirar seu sustento, possibilitando a algumas, a compra da alforria e a liberdade. Alguns destes autores ressaltam ainda, a importância dessas mulheres para a cidade em uma concepção mais ampla de funcionamento da alimentação e do abastecimento dos habitantes e dos comerciantes das cidades, uma vez que elas trabalhavam em grande parte com produtos alimentícios, inclusive com produtos oriundos da África. Assim, além de retirar o seu ganho e a sua sobrevivência, elas circulavam pela economia, pelo comércio e pelas trocas de produtos e saberes pelas cidades, pelos largos e pelas ruas das cidades brasileiras.

Outro ponto que é válido retomar na discussão é aquele que a Diana Helene mencionou ao trazer a célebre frase da Sojourner Truth (2020), em que ela questiona outras mulheres numa convenção feminista: e eu não sou mulher? Quem também toca neste ponto em outra fala muito importante é a Sueli Carneiro, quando ela questiona o processo da fragilidade feminina, na qual ela diz ser um mito, pois que não enquadra as mulheres negras, ou seja, da importância de enegrecer o feminismo nesse processo em que o feminismo tem sido tratado como algo homogêneo, branco e que, portanto, não é capaz de dar conta das realidades diversas e modos de vida das mulheres negras.

Então a Sueli Carneiro (2003) destaca: que fragilidade feminina é essa? Ela não está dando conta das vidas das mulheres negras, porque ela diz: “nós já estávamos na rua há muito tempo ocupando esses espaços, nós já estávamos na rua trabalhando há

muito tempo". Então, acaba sendo uma fragilidade feminina que não cabe às mulheres negras, que por sua vez, não são identificadas como os corpos frágeis, ao contrário das mulheres brancas. Ou, até mesmo, muitas vezes, são colocadas dentro dessa concepção de mulher guerreira, a trabalhadora, que nada mais faz do que atuar para atenuar violências e reforçar o estigma de que são uma outra categoria de mulher.

E se analisarmos de perto, esse tensionamento também está presente nos tempos atuais. Se nós olharmos para as ruas, muitas das mulheres que estão hoje ocupando as ruas para a realização dessas práticas de trabalho, ainda são mulheres negras. Por exemplo, me recordo de que, durante a realização da minha dissertação, em uma conversa com uma interlocutora da minha pesquisa, a Cida, busquei compreender como se dá a relação entre esse corpo feminino, o trabalho e a rua. Ela utilizou, como exemplo para tentar elucidar essa relação, o recém-contexto da pandemia. A Cida então vai dizer assim:

Se eu ficar em casa, eu não consigo nada. Na rua, eu converso com uma pessoa, com outra, eu arrumo um cliente, então eu não posso ficar em casa. O que muitas vezes pode ser até pior, porque se gasta o que não tem (CIDA, 2022).

Acredito que essa fala dela é muito significativa e evidencia a importância da rua para as mulheres nesse contexto de desemprego e de poucas oportunidades de trabalho, principalmente para as mulheres negras, devido ao racismo estrutural, que vai impactar diretamente o acesso ao trabalho. As mulheres negras viram na rua, conforme pude constatar na pesquisa de mestrado, a possibilidade de trabalhar, de fazer a vida, de construir seus lares, de criar seus filhos e de terem autonomia frente aos seus companheiros. Então, a partir da minha pesquisa e do diálogo que tive com as mulheres trabalhadoras de rua, mais especificamente com três interlocutoras de pesquisa mais fixas nesta área do centro ampliado de Salvador, elas vão dizer que a rua, a partir destas práticas de trabalho, possibilitou a manutenção da vida, a sobrevivência delas e dos seus, e o fortalecimento diário destas mulheres.

É ainda nesse processo cotidiano de ocupar as ruas que as trabalhadoras estão fazendo cidade. Estão criando territorialidades, estão produzindo urbanidades, modificando espaços, criando novos usos, fluxos, criando regras e acordos. Elas fazem uma política da rua a partir dessa ocupação e a partir desse corpo presente no cotidiano. E a partir disso, da presença dessas trabalhadoras de rua, elas ajudam também a romper com a lógica segregacionista de espaços ditos femininos e masculinos, que foi algo que a Diana Helene também trouxe na fala dela.

As mulheres ambulantes ajudam a tensionar essas construções capitalistas e esse intento de criar dicotomias entre o que é espaço público e o que é o espaço privado. Elas ajudam a desconstruir essa segregação, essa separação entre público e privado, entre o domínio masculino e o feminino. Elas estão tensionando o tempo todo pelo simples fato de estarem na rua, de saberem que essas dicotomias não se confirmam na realidade em que vivem. Até mesmo porque elas estão tanto realizando esse trabalho que é dito produtivo, quanto o dito reprodutivo. O interessante é que, para essas mulheres, a casa e a rua não são dimensões separadas; elas subvertem essa lógica todos os dias.

A partir disso, eu trabalho com a ideia de que elas se constituem como mediadoras desses espaços. Elas estão nesse “entre”, ou seja, transitando entre esses vários espaços e ocupando também espaços que não foram pensados nem construídos para elas nessa lógica do espaço público, como um espaço masculino ou mesmo um espaço branco, cis e heteronormativo.

Também estabeleço pontes com outras autoras, como Rosana Pinheiro-Machado (2008), Pinheiro-Machado e Ana Luiza Rocha (2003) e Susan Okin (2008), que discutem o momento em que essas esferas apartadas se constituíram na sociedade, destacando que esse processo decorre da industrialização e da modernização, que acabam por estabelecer esses espaços como separados e opostos. Nesse sentido, outras autoras, como Natália Díaz e Verónica Gago (2017), também questionam o binarismo entre os espaços público e privado, enfatizando que o Estado desempenha um papel central na produção dessas desigualdades e dicotomias.

Porque, sendo o Estado um dos principais planejadores da cidade, ele também atua para reforçar a construção e a manutenção de espaços marcados e pensados a partir do estereótipo do homem econômico, esses espaços predominantemente masculinos, brancos e universais. Essa lógica está em correspondência com uma sociedade patriarcal, capitalista, heteronormativa, cisgênera, branca e normativa. É a partir desse cenário que se constrói a presença das mulheres trabalhadoras nas ruas. Em um primeiro momento, destaco essas presenças como expressão da possibilidade de manutenção da vida, de cuidado com os filhos e de construção das próprias casas. No entanto, é preciso lembrar que essa presença na rua também é atravessada por precarizações, condições de trabalho degradantes, instabilidades, violências, mecanismos de controle e estigmas persistentes.

Como a Diana bem colocou em sua fala, quando tratamos da presença dos corpos femininos na rua, a violência surge como uma dimensão central. Não quis iniciar meu argumento diretamente por esse ponto, porque entendo que a violência é parte de

uma relação, ela é relacional. A presença dos corpos femininos no espaço público é, antes de tudo, uma relação com o entorno, com os olhares, com os atravessamentos. Nesse sentido, ampliando a discussão, ao observarmos o contexto brasileiro, os dados são alarmantes: o Brasil é um dos países que mais mata mulheres trans e travestis. A cada cinco horas, uma pessoa LGBTQIA+ sofre algum tipo de violência, segundo dados do Atlas da Violência (2022). Além disso, 97% das mulheres já relataram ter sido vítimas de assédio em meios de transporte. Por isso, sempre que abordamos a presença dos corpos femininos, sejam cis ou trans, no espaço urbano, a dimensão da violência torna-se inescapável. Estar na rua, circular, ocupar o espaço público, é também se ver constantemente atravessada por diferentes formas de violência.

No caso das trabalhadoras de rua, a violência também as atravessa, pois, muitas vezes, elas não são corpos requeridos nas ruas da cidade, sobretudo no centro, a partir dos processos de requalificação urbana. Assim, somam-se às violências sociais também as violências do Estado, entendidas como parte da produção de desigualdades, como discutem Natália Dias e Verónica Gago. Uma dimensão particularmente central nesse contexto é a presença do *rapa*, como as trabalhadoras chamam os fiscais da prefeitura (antes, também representados pela polícia). Essa figura do *rapa* é, para quem trabalha na rua, sinônimo de terror. Além de fiscalizar, eles apreendem mercadorias, xingam, maltratam e violentam as trabalhadoras. Então, uma das principais barreiras apontadas por essas mulheres à sua permanência na rua é justamente essa figura do *rapa*, essa figura de controle e de imposição de uma ordem urbana que representa o Estado e a prefeitura. Há perseguições constantes e mecanismos de vigilância que operam sobre seus corpos e atividades. Elas relatam que são frequentemente tratadas como criminosas ou bandidas por estarem na rua, ocupando um espaço enquadrado na lógica do ilegal e do informal. Como elas próprias dizem: “É como se a gente estivesse cometendo alguma violação, como se estivesse fazendo algo muito errado, sendo que, na verdade, estamos apenas trabalhando. É só o nosso trabalho.”

No entanto, esse trabalho não é reconhecido pelo poder público como um trabalho digno. Não é visto como uma atividade legítima, realizada por mulheres chefes de família que estão ali para garantir sua sobrevivência, criar seus filhos e construir suas casas. Soma-se a isso outra dimensão importante quando falamos das violências estatais, como bem apontou Diana: a atuação de projetos de higienização, modernização e renovação urbana, que visam excluir essas presenças do espaço público. Grande parte dessas ações ocorre nos centros das cidades brasileiras. Retomo aqui o termo utilizado por Diana, que chama esse processo de “remoções abre-alas”, marcado por um ideal de eliminar o que é socialmente construído como mazela urbana. Trata-se da exclusão

de grupos como moradores de rua, prostitutas, trabalhadoras de rua, catadores, corpos LGBTQIA+ e outras presenças dissidentes, que são constantemente posicionadas como obstáculos à imagem de uma cidade moderna, civilizada e elitista. Esses corpos, considerados indesejáveis, não são vistos como sujeitos legítimos de permanência nesses territórios.

Observamos também que, nos projetos de renovação urbana em curso, como os que vêm sendo implementados em Salvador, há uma crescente associação entre o poder público e iniciativas privadas, com projetos que pregam desenvolvimento e modernização, trazendo outras infraestruturas e uma narrativa do “novo”, mas operam, na prática, por meio de processos de exclusão. Glória Figueiredo, Brais Estévez e Thaís Rosa (2020) passam a refletir sobre essas intervenções urbanas como projetos de infraestrutura anti-negritude, que são projetos de racialização, de despossessão e de cerceamento urbanos e que estão ancorados nos discursos de recuperação, requalificação e revitalização, promovem a imposição de uma nova estética e funcionalidade para os territórios, desconsiderando as populações e as práticas historicamente ali presentes.

Outro ponto importante que quero trazer para a discussão é que, quando eu falei que não quis começar a apresentação aqui partindo da violência, foi porque, a partir da minha pesquisa de mestrado, em diálogo com as mulheres e com as discussões construídas no grupo de pesquisa Margear, passei a olhar para as ruas para além deste lugar da violência, das inseguranças e das instabilidades. Não como uma forma de romantizar esse lugar das mulheres nas ruas, mas entendendo isso de forma relacional, entrecruzada.

Pude observar essa relação no dia a dia, nessa presença na rua, percebendo como diversas existências estão ali coexistindo. Pude observar de perto a violência, a sobrevivência, as redes mobilizadas, a possibilidade de autonomia, a criação e a construção de suas vidas, de seu sustento e de suas casas; ou seja, pude analisar como todas essas dimensões estão presentes ao mesmo tempo, de forma relacional e coexistente. Além disso, além destas violências, embates e enfrentamentos, as mulheres estão em constante luta e resistência para garantir sua permanência nas ruas, mas sobretudo nas cidades. Elas se colocam, também, como mediadoras dos espaços que frequentam e produzem. Estão fazendo cidade. Estão construindo redes de apoio, de proteção, de cuidado e de afeto para permanecer na rua.

Trago novamente uma fala de Cida, que descreve as táticas usadas, no cotidiano, para permanecer na rua e evitar que suas mercadorias sejam apreendidas pelo rapa. Ela relata:

Quando a polícia chegava lá em cima [Avenida Sete de Setembro], a gente aqui embaixo [Barroquinha] já sabia. Os vendedores vinham correndo avisar que eles estavam subindo. Era só o tempo de recolher tudo e sair correndo (CIDA, 2022).

É a partir desses lugares e táticas que elas vão construindo formas de permanecer nas cidades, enfrentando tanto a presença do rapa, quanto outras violências, inclusive as que vêm por meio de projetos urbanos. Projetos que, muitas vezes, tentam retirá-las da rua, concentrá-las em camelódromos ou em ambientes fechados, reduzir sua visibilidade ou impor regras e políticas que determinam o que pode ou não pode ser feito nesse espaço público. No cotidiano, elas seguem mediando essas múltiplas dimensões que atravessam a presença na rua, ao mesmo tempo em que buscam formas de garantir sua permanência. Por fim, para encerrar, gostaria de destacar que, a partir das construções realizadas no cotidiano e da presença dessas mulheres nas ruas, mais do que reivindicar um direito à cidade, elas estão afirmando um direito à vida, um direito de existir, de permanecer, de estar. Reivindicam que essa cidade também lhes pertença. Por meio de suas práticas sociais e modos de vida, estão, cotidianamente, reconstruindo a cidade. Estão fazendo cidade para que possam existir nesse espaço também.

É isso. Muito Obrigada! Agradeço novamente pelo convite.

Referências

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. **MANA**, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2022. Infográficos. Rio de Janeiro: IPEA, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/244/atlas-2022-infograficos>. Acesso em: 08 dez. 2025.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANI CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, pp. 49-58, 2003.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro. **EKABÓ!** Trabalho escravo, condição de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX. 1989. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1989.

DÍAZ, Natalia Quiroga; GAGO, Verónica. Una mirada feminista de la economía urbana y los comunes en la reinención de la ciudad. In: BENGGOA, Cristina Carrasco; CORRAL, Carme Díaz (org.). **Economía feminista: desafíos, propuestas, alianzas**. Barcelona: Entre-pueblos, 2017, p. 87-120.

FIGUEIREDO, Glória C.; ESTÉVEZ, Braiz; ROSA, Thaís Troncon. The Black City: Modernisation and fugitivities in Salvador, Bahia, Brazil. **Radical Housing Journal**, v. 2, p. 55–82, 2020.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, v.16, n. 2, p. 305-332, 2008.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 117-133, 2008.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. A rua como estilo de vida: Práticas cotidianas na ocupação do centro de Porto Alegre por Camelôs. **Revista Iluminuras**, v. 4, n. 7, 2003.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista da USP**, São Paulo, n. 18, p. 6-29, 1991.

REIS, João José. De olho no canto: Trabalho de Rua na Bahia na véspera da abolição. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 24, p. 199-242, 2000.

REIS, João José. **Ganhadores**: A greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOARES, Cecília Moreira. **Mulher negra na Bahia no século XIX**. 1994. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

TRUTH, Sojourner. "Ain't I a Woman? (E eu não sou uma mulher?)" - O discurso. In: **E eu não sou uma mulher? A narrativa de Sojourner Truth**. São Paulo: Ímã Editorial, 2020.

Recebido em: 09/01/2025

Aceito em: 30/05/2025

DOI: 10.9771/ppgaufaufba.v15i0.74459

Como citar: BATISTOTI, Aleida Fontoura. Corpos femininos e a rua: as mulheres negras trabalhadoras de rua no fazer-cidade cotidiano. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 15, n. 1, p. 50-61, 2026.



FAUFBA



PPG-AU
FAUFBA

NAPPE

NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA
E PRODUÇÃO EDITORIAL